

LÍNGUA E ENSINO EM ESCOLAS RURAIS: FUNCIONAMENTO DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA

KESLIN CORRÊA DOS SANTOS GALARÇA^{1,2*}, CAROLINE MALLMANN
SCHNEIDERS^{2,3}

1 Introdução

Este subprojeto de Iniciação Científica está vinculado aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa articulada à História das Ideias Linguísticas (HIL) e propõe uma reflexão sobre a constituição da língua como objeto político e ideológico, com base em materialidades discursivas que circularam na região das Missões/RS, especialmente no município de Cerro Largo. A pesquisa busca compreender os efeitos das políticas linguísticas de interdição, particularmente a partir do período do Estado Novo, sobre a relação entre língua e ensino em contextos de imigração alemã. Este subprojeto é a continuidade de uma reflexão anterior, e, nesse momento, o foco está na ampliação do *corpus*, com a incorporação de novos documentos históricos e didáticos que permitem observar como os sentidos sobre a língua eram materializados e (re)produzidos em espaços de ensino.

2 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é compreender a relação entre a(s) língua(s) e o ensino no contexto de Cerro Largo/RS, a partir da década de 1940, analisando como as políticas linguísticas afetaram e determinaram as relações entre as línguas no espaço de enunciação local. Nesse sentido, busca-se retomar historicamente a constituição das escolas rurais no período do governo Getúlio Vargas, compreender de que forma as políticas de interdição do Estado Novo influenciaram o ensino e a circulação das línguas, e explicitar o funcionamento do político na

¹ Graduado em Letras Português e Espanhol - Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo*. Contato: keslin.galarca@estudante.uffs.edu.br.

² Grupo de Pesquisa: Língua(gem), discurso e subjetividade (UFFS).

³ Orientadora: Doutora em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos, pela Universidade de Santa Maria (UFSM). Professora adjunta de Língua Portuguesa e Linguística do Curso de Licenciatura Português e Espanhol na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS – Campus Cerro Largo/RS). Contato: caroline.schneiders@uffs.edu.br.

construção dos sentidos sobre a língua, considerando o papel dessas instituições e práticas na conformação de uma memória linguística marcada pela interdição e pela valorização de um modelo homogêneo de língua nacional.

3 Metodologia

A pesquisa está ancorada no referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso de linha pecheuxtiana, em articulação com a História das Ideias Linguísticas. Essa abordagem permite compreender a língua como prática simbólica e ideológica, atravessada por relações de poder, memória e história. Mobilizam-se, especialmente, os conceitos de espaço de enunciação (Guimarães, 2002) e de memória discursiva (Orlandi, 2005), os quais orientam a análise dos efeitos de sentido produzidos sobre a língua em contextos marcados pela imigração.

O *corpus* é constituído por documentos históricos e materiais didáticos vinculados ao ensino da língua portuguesa que circularam no contexto de imposição linguística. Entre eles, destaca-se o Manual do Curso Colegial Marista (Delvaux, 1964), cuja materialidade permite observar a articulação entre língua, ideologia e política linguística. A seleção das fontes considera aquelas que explicitam os mecanismos de exclusão das línguas de imigração e a cristalização de representações sobre o português como língua da identidade nacional. A análise dessas materialidades busca entender como tais sentidos são produzidos, circulam e se estabilizam no espaço de enunciação da região das Missões/RS.

4 Resultados e Discussão

No atual estágio da pesquisa, foi possível aprofundar a compreensão sobre os efeitos das políticas de interdição linguística na região de Cerro Largo/RS, especialmente durante o período do Estado Novo. A análise das materialidades discursivas, como documentos escolares históricos e o manual didático dos Irmãos Maristas (Delvaux, 1964), explicitou um discurso nacionalista que buscava consolidar o português como língua oficial, silenciando em especial o alemão.

Considerando a história da língua portuguesa no Brasil, conforme discutido por Guimarães (2005), percebe-se que o idioma se consolidou como símbolo de unidade nacional em meio a disputas políticas e ideológicas, intensificadas no contexto da imigração. No caso de

Cerro Largo, colonizado em 1902 por imigrantes alemães, a convivência entre português e alemão foi diretamente afetada por medidas governamentais de homogeneização linguística.

Os relatos históricos e documentos analisados mostram que, inicialmente, as comunidades imigrantes mantinham suas práticas linguísticas por meio das *Pfarschulen*, escolas comunitárias em que o ensino era ministrado em alemão. Esse cenário mudou drasticamente com as políticas de nacionalização do governo Vargas, a partir de 1937. Durante a Segunda Guerra Mundial, o uso da língua alemã foi proibido, resultando em perseguições, destruição de materiais escolares e censura cultural (Hatwig, 2008). Muitos materiais em alemão foram escondidos, enterrados ou eliminados, gerando danos irreparáveis ao patrimônio linguístico e cultural da região.

Nesse contexto, a fundação da Escola Normal Rural La Salle, em 1941, torna-se emblemática. Voltada para a formação de professores rurais, buscava não apenas alfabetizar, mas também difundir valores nacionalistas e religiosos alinhados ao projeto de Vargas. Entre seus primeiros anos e o início das décadas seguintes, formou 493 professores que difundiram práticas pedagógicas vinculadas ao projeto nacionalista varguista (Dewes, 1966). O currículo, além de incluir saberes voltados ao meio rural, carregava uma função ideológica de consolidar o português como única língua legítima e reforçar a identidade nacional, operando como aparelho ideológico do Estado.

Pela análise discursiva do manual do curso colegial marista, compreende-se a exclusão completa da diversidade linguística brasileira e a valorização de textos literários considerados pilares da literatura nacional, como Machado de Assis, Euclides da Cunha, Castro Alves e Gonçalves Dias. Observa-se ainda o ensino gramatical normativo, com forte ênfase na estrutura da língua portuguesa enquanto única forma legítima. Essa abordagem, somada a conteúdos de caráter moralizante, cívico e religioso, evidencia que o ensino da língua ultrapassava a dimensão linguística, constituindo também um espaço de formação ideológica e de inculcação de valores nacionais e cristãos.

Do ponto de vista teórico, os conceitos de memória discursiva (Orlandi, 2005) e espaço de enunciação (Guimarães, 2002) permitem compreender que o apagamento das línguas de imigração não se deu apenas por meio de ações legais, mas também por um funcionamento discursivo que reconfigurou o imaginário de língua, cultura e identidade. O espaço de enunciação de Cerro Largo, portanto, é atravessado por uma tensão entre os discursos de pertencimento à pátria e os efeitos da exclusão simbólica de uma herança linguística reprimida.

Por fim, as práticas de resistência e a permanência da língua alemã em algumas famílias da região mostram que a memória linguística não foi completamente apagada. Ainda que reprimida institucionalmente, essa língua continua circulando em espaços privados, desafiando a política de homogeneização imposta pelo Estado. Essa observação reforça a importância de recuperar e analisar as materialidades discursivas que preservam esses traços históricos, como forma de compreender as relações entre língua, poder e identidade em espaços de imigração.

5 Conclusão

Seguindo os pressupostos de Orlandi (2005), pode-se afirmar que o discurso sobre a língua constitui um espaço privilegiado para observar como as políticas linguísticas operam em diferentes momentos da história e, sobretudo, em regimes de governo marcados pelo autoritarismo. No caso de Cerro Largo/RS, a análise das materialidades discursivas mostrou que o Estado Novo produziu fortes efeitos de interdição, apagando as línguas de imigração, como o alemão, e instituindo o português como único idioma legítimo. Nesse processo, tanto o manual dos Irmãos Maristas (Delvaux, 1964), com sua ênfase no português normativo e na literatura nacional, quanto a Escola Normal Rural La Salle, fundada em 1941, desempenharam papel central na formação de professores e na difusão de valores nacionalistas e religiosos, consolidando o ensino como aparelho ideológico do Estado.

Embora a pesquisa tenha enfrentado dificuldades no acesso e na localização de documentos históricos e escolares, a análise do *corpus* reunido mostrou que o silenciamento das línguas de imigração não ocorreu apenas por meio de decretos legais, mas também por práticas pedagógicas e discursivas que naturalizaram a noção de uma língua única. Nesse sentido, os conceitos de memória discursiva (Orlandi, 2005) e de espaço de enunciação (Guimarães, 2002) permitem compreender como esse apagamento linguístico contribuiu para a constituição de um imaginário de língua vinculado à identidade nacional e à unidade linguística. Refletir sobre esse processo histórico torna-se fundamental para compreender os efeitos das políticas de interdição e para valorizar a diversidade linguística como parte constitutiva da memória e da identidade cultural da região.

Referências Bibliográficas

DELVAUX, Nestor. **Português: curso colegial, 1ª série:** cursos clássico, científico, comercial,

industrial e normal. São Paulo: Editora FTD, 1964.

DEWES, Miguel José. **A HISTÓRIA DE CERRO LARGO**. Editora da Alvorada, 1966. Rua Duque de Caxias, 1247. Caixa Postal 702, Porto Alegre - RS.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Ed. Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. **Revista Ciência Cultural**, São Paulo, v. 57, n.2, p. 24-28, 2005.

HATWIG, Paulo Bertino. **Vila Santa Catarina - Berço da COOPEROQUE**: evolução histórico-sociológica. 2008.

INSTITUTO LA SALLE. Histórico – Escola Normal Rural La Salle. Disponível em: <https://www.lasalle.edu.br/medianeira/historico-medianeira>. Acesso em: 19 ago. 2025.

ORLANDI, E. P. O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo – 1937/1945).

Línguas e instrumentos linguísticos, n.15, p.27-33, 2005.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITO, Lenir Marina Trindade de Sá. O professor e a escola para a zona rural: concepções e desdobramentos em uma escola normal rural. **Revista Contexto & Educação**, ano 21, n. 75, p. 109-129, jan./jun. 2006.

Palavras-chave: Políticas Linguísticas; Língua Alemã; Escolas Rurais.

Nº de Registro no sistema Prisma: PES - 2024-0571

Financiamento

